

ANO 1 - Nº 06 - JULHO 2019



Boletim de Monitoramento das Políticas Públicas



F U N D A Ç Ã O  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores



# SOBERANIA NACIONAL E INSERÇÃO EXTERNA

## FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

O presidente Jair Bolsonaro encaminhou no dia 11 a indicação de seu filho, Eduardo Bolsonaro, como novo Embaixador do Brasil nos Estados Unidos.

A 54ª Cúpula do Mercosul foi realizada no dia 17, na Argentina, e o Brasil assumiu a presidência pró-tempore do bloco.

Veio à tona no dia 24 o acordo feito entre o governo paraguaio e o brasileiro, que aumentaria a quantidade de energia consumida e paga pelo Paraguai em valor maior por unidade de Kilowatt/hora, gerando um gasto de duzentos milhões de dólares até 2022.

No dia 27, foi realizada uma reunião de ministros do Exterior do Brasil, da Rússia, da Índia, China e África do Sul (Brics), no Rio de Janeiro.

O presidente Jair Bolsonaro cancelou encontro com o ministro das Relações Exteriores da França, Jean-Yves Le Drian.

No dia 31, o presidente Jair Bolsonaro reuniu-se com o secretário de Comércio dos Estados Unidos, Wilbur Ross.

O Brasil foi anunciado pelo governo Trump, dos Estados Unidos, como aliado prioritário extra-Organização do Tratado Atlântico Norte (Otan).

### Estado, Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

A Portaria nº 631, promulgada no dia 6 pelo ministro da Justiça, Sergio Moro, regulamenta a divisão de 50% do valor arrecadado em loterias federais pelo Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), destinando esta parte para os estados.

No dia 8, foi aprovada a Lei 13.853, que converte a MP 869/18, editada por Michel Temer, com vetos e alterações. Cria a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e altera Lei Geral de Proteção de Dados.

No dia 18, o Decreto nº 9.916, que atenua o disposto em decreto anterior (9.727 de 2019) no que se refere aos requisitos para nomeação de cargos de confiança e de assessoramento. Com isso, os requisitos são: idoneidade moral e reputação ilibada; perfil profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo ou a função para o qual tenha sido indicado; e não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas em lei.

No dia 19, o Decreto nº 9.926, que traz mudanças no Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, acabando com a participação da sociedade civil ao alterar o número de treze para zero nas instâncias deliberativas, restringindo esta participação a um “Grupo Consultivo”.

## Estrutura, repartição dos poderes

No dia 18, a portaria nº 1.373, que dispõe sobre questões burocráticas do Ministério da Educação, com destaque para a confirmação de que não caberá mais a reitores a nomeação para cargos de direção, como pró-reitores, e sim à Casa Civil com anuência da Secretaria de Governo.

A Portaria nº 666, que dispõe sobre deportação e extradição de estrangeiros, foi promulgada pelo ministro da Justiça, Sergio Moro, no dia 25. Há dispositivo de deportação sumária para estrangeiros que sejam suspeitos, denunciados ou investigados por crimes como exploração sexual infantil, tráfico de drogas, terrorismo e envolvimento com o crime organizado.

## ANÁLISE CRÍTICA

A indicação de Eduardo Bolsonaro é uma medida nepotista que formalmente terá de ser publicada no Diário Oficial e aprovada pelo Senado. O *agreement* deverá ser aceito pelo governo estadunidense, cujo presidente já anunciou esta disposição de bom grado. Caso efetivada, fortalecerá a aliança Bolsonaro–Trump e medidas para favorecer interesses do governo dos Estados Unidos no Brasil por fora dos trâmites institucionais.

A 54ª Cúpula do Mercosul nada decidiu de relevante e somente serviu de palco para novas gafes do presidente brasileiro, desta vez em relação ao seu colega chileno.

A mudança de critério do custo da quantidade de energia adquirida pelo Paraguai a valores mais altos foi feita secretamente, mas levou ao pedido de demissão, em protesto, de três altos integrantes do governo paraguaio e provocou uma crise política que quase levou ao impeachment do presidente Mario Abdo. Ele foi salvo pelo cancelamento do acordo com anuência do governo brasileiro para preservar um aliado do bolsonarismo.

A reunião dos representantes dos Brics no Rio de Janeiro ocorreu para preparar a Cúpula de novembro também no Brasil. O representante russo contrapôs-se à posição brasileira sobre a Venezuela, exposta na reunião, apesar de não fazer parte da agenda da próxima Cúpula.

Bolsonaro esnobou propositalmente o ministro francês ao cancelar a audiência sob a justificativa de agenda sobrecarregada e exibir ao vivo sua ida ao barbeiro no mesmo horário. Embora não admitido, foi medida em contraponto às críticas francesas ao acordo União Europeia–Mercosul e seus questionamentos à política ambiental do governo brasileiro.

A reunião com o secretário estadunidense discutiu a possibilidade do início de negociações entre o Mercosul e os Estados Unidos visando um acordo de livre comércio. Concretamente, foi acertada a participação de empresas estadunidenses em obras públicas no Brasil, um desdobramento da Operação Lava Jato, que debilitou as empreiteiras brasileiras com provável ajuda da Secretaria de Justiça dos Estados Unidos.

O status de aliado prioritário extra–Otan concedido pelo governo Trump havia sido acordado na visita oficial de Bolsonaro realizada em março e aproxima ainda mais os dois governos.

O repasse do FNSP está condicionado a critérios, como a existência de divisão exclusiva da Polícia Civil estadual para o combate à corrupção, o elevado índice de criminalidade, tamanho da população, metas de inserção de informações genéticas na Rede Integrada de Perfis Genéticos, entre outros.

A ANPD, que possui autonomia técnica e decisória, poderá ser transformada em entidade da administração pública indireta, em regime autárquico. É composta pelo Conselho Diretor, pelo Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade, pela Corregedoria, pela Ouvidoria, por órgão de assessoramento jurídico próprio e unidades administrativas e especializadas necessárias. Os cinco integrantes do Conselho Diretor da ANPD terão de ser aprovados pelo Senado.

Há uma tendência de centralização de poderes pelo governo federal, demonstrado pela retirada de autonomia de órgãos de participação social ou de instituições como as universidades. Os Conselhos seguem sendo desmontados e esvaziados. A portaria 666 confere a Moro e ao Ministério da Justiça a possibilidade de deportar estrangeiros denunciados em seus países de origem, havendo risco de que perseguidos políticos que buscam refúgio no Brasil sejam prejudicados caso seus perseguidores utilizem difamação. Foi editada em meio à Vaza Jato, gerando dúvidas sobre a relação desta portaria com o fato de que o veículo responsável por divulgar as conversas de Moro com a Força Tarefa foi fundado e é liderado, também no Brasil, pelo jornalista Glenn Greenwald, que é estrangeiro.

# INFRAESTRUTURA ECONÔMICA E SOCIAL

## FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

Um estudo realizado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) indicou que o Brasil tem a terceira maior desindustrialização entre trinta países desde 1970, ficando atrás apenas do Reino Unido e da Austrália. A participação da indústria no PIB do país caiu de 21,4% em 1970 para 12,6% em 2017.

A Petrobras assinou com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) um termo de compromisso de cessão que orienta a petrolífera a abrir o mercado de gás brasileiro nos próximos meses. De acordo com o documento, até o final de 2021 a Petrobras deve realizar a venda integral de ativos e de participações diretas e indiretas nos segmentos de transporte (gasodutos) e distribuição (gás canalizado). A petrolífera brasileira está se comprometendo em já vender 10% da participação que possui na Nova Transportadora do Sudeste (NTS) e outros 10% na Transportadora Associada de Gás (TAG). Além disso, a companhia venderá também 51% na Transportadora Brasileira Gasoduto Brasil-Bolívia (TBG) e a participação indireta que possui em companhias distribuidoras de gás. Segundo o governo boliviano, a estatal YPFB tem interesse em aumentar sua participação acionária na TBG.

A usina hidrelétrica de Itaipu binacional esteve no epicentro de uma crise política no Paraguai. O caso teve início após a revelação de um “acordo secreto” em que o governo paraguaio se comprometia a comprar energia mais cara do que o usual. O tratado entre os dois países precisa ser revisto até 2023. Há, entretanto, um contencioso sobre o uso da energia excedente gerada pela Usina e que tem um valor mais barato do que a chamada energia garantida. O acordo que se firmou de forma favorável ao Brasil envolveu suspeitas de favorecimento a empresas de energia ligadas politicamente às famílias do vice-presidente paraguaio e do presidente brasileiro. O governo dos Estados Unidos e do Brasil intervieram para contornar a situação e o acordo foi desfeito.

A investigação sobre as relações entre o governo do Peru e a construtora Odebrecht seguem a todo vapor. A empresa brasileira admitiu ter pagado propinas para ser contratada para executar obras de infraestrutura no país, e o caso já provocou a prisão do ex-presidente peruano Alejandro Toledo e ameaça o também ex-presidente Ollanta Humala. O caso Odebrecht é emblemático das dificuldades enfrentadas por construtoras investigadas por corrupção no Brasil e na América Latina. Diante desse cenário de fragilidade da empresa nacional, os governos do Brasil e dos Estados Unidos assinaram um memorando indicando a contratação prioritária de empresas de engenharia pesada estadunidenses para a realização de obras de infraestrutura no Brasil.

## ANÁLISE CRÍTICA

O país enfrenta atualmente um dos mais acelerados processos de desmonte da indústria brasileira. Uma política econômica hostil ao capital produtivo e uma política industrial avessa ao capital nacional têm acelerado a desindustrialização precoce do Brasil.

O recente estudo divulgado pelo IEDI evidencia a perda do peso da indústria no PIB, no emprego, na arrecadação e no investimento. Em países como a Inglaterra, o decaimento da indústria é resultado de como o progresso técnico viabilizou uma melhor distribuição do PIB/per capita e como isso criou um padrão de consumo menor para bens e maior para serviços. Já no Brasil, a desindustrialização acontece precocemente, sabotando a possibilidade de construção de uma melhor distribuição de renda e de um mercado de consumo mais amplo.

Esse processo se inscreve no interior de uma mudança estrutural de maior monta, qual seja: a reorientação da política externa e da política comercial dos EUA, que, para fazer face à expansão industrial chinesa, tem se valido de estratégias para viabilizar o reposicionamento das grandes empresas norte-americanas no mercado latino-americano em geral e no mercado brasileiro em particular.

Prova disso é a recente declaração do secretário de Comércio dos EUA de que o governo norte-americano quer voltar a ser o principal parceiro econômico da América Latina. Os Estados Unidos vislumbram a existência de cerca de 1.700 projetos de grande escala na região e indicam o Brasil como aliado estratégico na expansão do investimento privado dos EUA. Daí a importância do protocolo de intenções que indica a priorização da contratação de empresas norte-americanas em projetos de infraestrutura no Brasil.

Além disso, esse processo se vale da reatualização de instrumentos clássicos do final do século 20, como a defesa intransigente das privatizações. Nesse sentido, a indústria de óleo e gás e a indústria de energia elétrica se colocam como fronteiras prioritárias dessa nova dinâmica, por isso a abertura do mercado brasileiro de gás pode ser compreendida como mais um capítulo dessa trajetória.

Vale destacar que esse processo também utiliza novos dispositivos de enfrentamento interempresarial típicos desse início do século 21, como a luta contra a corrupção, como deixa evidente o caso da Odebrecht na região latino-americana.

Nesse cenário, o Brasil tem atuado a favor dos interesses norte-americanos na região, como mostram as negociações do gás na Bolívia, da energia elétrica no Paraguai e da engenharia pesada no Peru.

Trata-se, desse modo, de enfraquecer o Estado e as empresas nacionais para o fortalecimento do poder estatal e empresarial norte-americano, com o risco adicional de que a substituição do investimento público nacional pelo investimento privado internacional devaste ainda mais a indústria na região do Cone Sul.



# PRODUÇÃO E INOVAÇÃO

## FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

No primeiro semestre de 2019 o valor das exportações de automóveis caiu 44% na comparação com o mesmo período do ano passado, o que representa uma retração de 1,08 bilhão de reais e responde por 37% da contração total das exportações brasileiras registrada nos seis primeiros meses do ano, de acordo com o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI)

A produção de veículos caiu 9% em junho se comparada ao mesmo mês de 2018. De acordo com a Associação Nacional dos Veículos Automotores, a principal razão da queda é a crise Argentina, já que o país representa o maior mercado externo para a produção de automóveis brasileiros.

Pesquisa realizada pela Markit revela que os empresários brasileiros estão mais pessimistas. Em uma escala que vai de -100 a +100, o otimismo recuou dezenove pontos entre fevereiro e junho, tendo caído mais intensamente entre os empresários do setor industrial (23 pontos).

O empresário sergipano Sadi Gitz, dono de uma tradicional fábrica de cerâmica em recuperação judicial, se suicidou em um simpósio que ocorria em um hotel de luxo em Aracaju, no momento em que o governador do Estado, Belivaldo Chagas, passava a palavra para o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque.

Os dados da Pesquisa Industrial Mensal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PIM/IBGE) divulgados em julho revelam que no último mês de maio a indústria de transformação brasileira recuou 0,5% na comparação com o mês imediatamente anterior, o que levou esse importante segmento ao seu mais baixo patamar dos últimos quinze anos.

Fecharam as portas no estado de São Paulo 2.325 indústrias nos primeiros cinco meses do governo de Jair Bolsonaro. O número é o mais elevado dos últimos dez anos e representa um aumento de 12% em relação ao mesmo período de 2018 (Fonte: Junta Comercial/SP).

De acordo com a Fiesp, a indústria paulista demitiu treze mil trabalhadores no mês de junho.

A massa salarial das famílias das classes A e B cresceu 7,2% e 7,4%, respectivamente, no primeiro trimestre de 2019 em relação ao mesmo período do ano passado. Já

no caso das famílias da classe C, foi registrada certa estabilidade (+0,2%), enquanto para as classes D e E houve uma queda de 0,9%. (Fonte: Tendência Consultoria).

As consultas das empresas ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – principal termômetro da demanda por crédito para investimentos no país – sofreram uma queda de 50,7% em relação ao primeiro semestre de 2018. Foi o pior resultado de um primeiro semestre desde 1994.

Em café da manhã com representantes da Frente Parlamentar da Agropecuária, no início de julho, Bolsonaro declarou aos ruralistas que “esse governo é de vocês” e que, quando deputado, “em 100% das vezes votou acompanhando a bancada ruralista”. E ainda que a indicação de um ministro do meio ambiente “casado” com o agronegócio é uma prova do seu compromisso com o setor e que deve lealdade aos ruralistas por terem sido responsáveis pela sua conquista da Presidência”.

A taxa de investimento despencou para 15,5% do PIB no primeiro trimestre do ano e alcançou o menor patamar dos últimos cinquenta anos. Enquanto a taxa de investimentos do setor público caiu de 4,1% do PIB, em 2013, para 2,4%, em 2018, no setor privado a queda foi de 16,9% para 13,4% no mesmo período. (Fonte: Instituto Brasileiro de Economia/Fundação Getúlio Vargas).

Firme em seu propósito fiscalista, o governo reduziu as despesas discricionárias da União (aquelas que não são obrigatórias) para 29,8 bilhões de reais no primeiro quadrimestre de 2019, o que representa uma queda real de 53,2% se comparado ao patamar de 2014. A queda mais importante ocorreu nas despesas ligadas ao Programa de Parcerias e Investimentos (PPI), que perdeu 78% de recursos no período. (Fonte: Contas Abertas);

O governo voltou a bloquear as despesas da União, contingenciando 1,4 bilhão adicional do orçamento federal. A justificativa do Ministério da Economia foi a queda das receitas e a revisão para baixo da estimativa de crescimento do PIB em 2019, de 1,6% para 0,8%.

No mês de julho o número total de Micro Empreendedores Individuais (MEI) ativos no país alcançou 8,6 milhões, dos quais 54% estavam inadimplentes com a Receita Federal.

Completados duzentos dias de governo, os três grandes bancos públicos brasileiros (Caixa, Banco do Brasil e BNDES), em conjunto, venderam o equivalente a dezesseis bilhões de reais de ativos financeiros. Os recursos deverão ser utilizados pelo governo central para cumprir com sua meta de déficit fiscal de 139 bilhões de reais no ano.

A Petrobras vendeu para um grupo de investidores institucionais do setor privado 35% das ações da BR Distribuidora, a um valor de nove bilhões de reais. Com isso, a Petrobras reduziu sua participação na BR a 37%, tornando a empresa uma companhia privada. Os bancos envolvidos na operação são Merrill Lynch, Citi, Credit Suisse, JP Morgan, Santander, Itaú e XP, todos presentes na reunião secreta organizada pela XP às vésperas da eleição presidencial de 2018 com o coordenador da Operação Lava Jato, procurador Deltan Dallagnol.

Em 24 de julho, o governo publicou a Medida Provisória nº 889, que muda as regras de saque dos recursos do FGTS, criando duas novas modalidades: o “saque de recursos”, limitado a um máximo de quinhentos reais (escalonado por faixa de renda) e que poderá ser feito até o dia 31 de dezembro de 2019; e o “saque de aniversário”, que permite ao segurado a liberação do saldo a seu favor no mês de seu aniversário.

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou que está trabalhando com o governo brasileiro para a assinatura de um tratado comercial entre os dois países, o qual poderá incluir ainda a Argentina.

No último dia do mês de julho, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) reduziu a taxa de juros básica da economia brasileira em 0,5 ponto percentual, levando a Selic ao patamar de 6% ao ano. A decisão do Copom ocorre depois de dezesseis meses de estabilidade de taxa Selic, o mais longo período sem alteração da taxa.

## ANÁLISE CRÍTICA

Frente ao fracasso das medidas liberalizantes que têm sido implementadas pelo governo Bolsonaro, a equipe do ultraliberal ministro da Economia lança mão de medidas de estímulo à demanda - verdadeira heresia entre os economistas da “Escola de Chicago” - justificadas como estratégia transitória enquanto as reformas microeconômicas e o desmonte do setor estatal não produzem os supostos efeitos positivos sobre a capacidade produtiva nacional.

Depois de terem conseguido aprovar a reforma da Previdência em primeiro turno da Câmara Federal - sem que isso despertasse o “*animal spirit*” do empresariado nacional - a bala de prata da vez é a liberação do saque das contas (ativas ou inativas) do FGTS. Nos cálculos do governo, serão injetados cerca de trinta bilhões de reais em 2019 e outros doze bilhões em 2020, provocando um impulso de até 0,35% do PIB ao longo dos próximos doze meses.

Entretanto, apesar do otimismo do governo, a medida não deve contribuir com mais do que 0,1% do PIB em 2019 e com outros 0,2% no ano que vem. Ocorre que, à luz do que aconteceu em 2017 - quando Temer liberou 44 bilhões de reais do FGTS - parte do dinheiro que venha a ser sacado deve ser utilizado para quitar dívidas, outra parte deve ser poupada a título de precaução e apenas uma fração menor (não mais que 30% do total) pode ir para o consumo.

Por outro lado, se a nova bala de prata de Guedes parece pouco eficaz para mover a economia no curto prazo, seus efeitos de médio e longo prazos deverão ser negativos, reduzindo o potencial de crescimento da economia brasileira nos próximos anos. Ocorre que o FGTS cumpre papel fundamental no financiamento de obras em habitação e saneamento, dois setores importantíssimos para o bem-estar e para o desenvolvimento econômico do país que deverão se contrair por carência de instrumentos de crédito.

Além disso, deve-se frisar que ao liberar o saque total dos recursos de cada conta individual no mês de aniversário, o governo coloca em risco um sistema de proteção ao desempregado que cumpria papel importante na vida das famílias brasileiras e que funcionava como instrumento de amortização social automática nos momentos de crise econômica mais profunda.

## DIMENSÃO SOCIAL

### FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

Anvisa alterou de forma significativa a forma como avalia os agrotóxicos de acordo com seus níveis de toxicidade e como comunica isso aos agricultores.

O governo relança o programa Mais Médicos sob a alcunha de Médicos pelo Brasil. A maior diferença com o Mais Médicos é a exigência de que os médicos tenham diplomas validados no Brasil.

Na Semana Mundial de Amamentação 2019, comemorada no início de agosto, o Ministério da Saúde lança a campanha “Amamentação. Incentive a família, alimente a vida” e habilita mais 39 Hospitais Amigos da Criança no país. A campanha tem apoio de outros ministérios.

No mês de julho, foram suspensas dezenove Parcerias de Desenvolvimento Produtivo (PDPs) referentes a nove remédios para tratamento de câncer, diabete e transplantados. As parcerias ocorrem com laboratórios como Biomanguinhos, Butantã, Bahiafarma, Tecpar, Farmanguinhos e Furp. O encerramento dos contratos podem afetar mais de trinta milhões de pacientes que necessitam dos medicamentos. Os laboratórios estudam como barrar a medida na Justiça. O Ministério da Saúde, por sua vez, reagiu em nota afirmando que a imprensa não tem noticiado o ocorrido de forma verdadeira.

O Brasil é um dos primeiros países do mundo a alcançar o mais alto nível das seis medidas MPOWER (Protocolo da OMS de combate ao tabagismo) de controle do tabaco, segundo documento divulgado em 26 de julho, durante o lançamento do Relatório da Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre a Epidemia Mundial do Tabaco.

O Ministério da Saúde realizou a VIII Reunião da Comissão Binacional Assessora em Saúde Brasil – Uruguai (CBBU), nos dias 9 e 10 de julho. Foi encaminhada a criação de um grupo executivo para mapeamento de capacidades instaladas dos dois países na região e propor a constituição de uma Rede de Atenção à Saúde.

O destaque do mês é que em 12 de julho a Câmara concluiu a primeira votação do Projeto de Emenda à Constituição (PEC6/2019) sobre a reforma da Previdência. A reforma passou, ao menos no primeiro turno.

### **Assistência Social**

O governo federal lançou, dia 9 de julho, o Programa Nacional de Incentivo ao Volun-

tariado, Pátria Voluntária, em solenidade no Hospital da Criança de Brasília, com presença do presidente Jair Bolsonaro. Coordenada pelo Ministério da Cidadania, a ação será conduzida por um Conselho, presidido pela primeira-dama, Michelle Bolsonaro. O programa busca incentivar a participação dos cidadãos na promoção de práticas sustentáveis, culturais e educacionais voltadas à população brasileira mais vulnerável.

O Ministério da Cidadania firmou parceria para a qualificação de oitocentos mil jovens do Cadastro Único com o Serviço Social da Indústria (Sesi), que prevê investimento de mais de 2,3 bilhões de reais em vagas para cursos profissionalizantes nos próximos quatro anos.

A página do Ministério da Cidadania também tem divulgado ações do Exército, como do 14º Grupo de Artilharia de Campanha do Exército Brasileiro, de Pouso Alegre (MG), que lançou edital para a compra de alimentos da agricultura familiar, processo viabilizado pela modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), coordenado pelo Ministério da Cidadania.

Em julho, o Ministério da Cidadania criou um mapa virtual que contém a localização de todas as comunidades terapêuticas cadastradas junto ao governo federal. Vale lembrar que o governo lançou recentemente regulamentação para permitir a interação involuntária dos dependentes químicos.

Bolsonaro publicou em julho um decreto que reduz a participação da sociedade civil no Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas. O grupo responsável por debater e atualizar a abordagem pública sobre o tema não terá mais juristas, médicos e psicólogos. O decreto vai na linha da redução da participação da sociedade civil em conselhos.

## **Oportunidades Ocupacionais e Renda**

O governo editou a Medida Provisória 889 no dia 24 de julho, que estabelece novas modalidades de saques para o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e para o PIS/Pasep (Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público). A medida afeta milhões de brasileiros e os dois pontos principais são os saques imediatos das contas do FGTS, com valor máximo de 500 reais e o saque-aniversário, em que o trabalhador poderá retirar até 2.900 reais, de acordo com o calendário estipulado pelo governo.

No dia 30 de julho, a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, vinculada ao Ministério da Economia, anunciou uma mudança nas Normas Regulamentadoras

de Saúde e Segurança do Trabalho, as NR's. Na primeira leva, foram alteradas as NR's 1 e 12, e ainda foi revogada a NR 2. As alterações tratam de capacitação dos trabalhadores para segurança do trabalho (NR 1), segurança com máquinas e equipamentos (NR 12). A revogação da NR 2 desobriga as micro e pequenas empresas da fiscalização prévia dos auditores do trabalho para o início das atividades. Essas alterações são propostas por um grupo de trabalho instituído pelo secretário da pasta, cuja composição é de cinco membros do governo, três representantes dos empregadores e três dos trabalhadores.

No dia 31 de julho, o governo anunciou a extinção do Fórum Nacional do Trabalho e a criação do Conselho Nacional do Trabalho e a Comissão Tripartite Paritária Permanente. Dentre as alterações, a mais marcante é a redução do órgão, que passou de trinta para dezoito membros.

Os dados de junho do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) apontam para o terceiro mês consecutivo de saldo positivo. Segundo o governo, o total positivo do mês é de 48.436 postos de trabalho. No entanto, o saldo acumulado do ano sequer recupera o número de postos perdidos em dezembro de 2018. O Brasil possui aproximadamente treze milhões de desempregados. Já a Pnad Contínua, do IBGE, aponta para um nível de informalidade de 62,4%, o que atingiria 20,8 milhões de pessoas.

## Educação

O anúncio com maior repercussão feito pelo governo federal na área da educação foi o programa "Future-se", via Projeto de Lei (PL), que supostamente objetiva fortalecer a autonomia administrativa e orçamentária das universidades e dos institutos federais brasileiros. Dentre os pontos principais do programa, destacam-se a locação desses espaços e a possibilidade de nomeação deles homenageando "patrocinadores", a participação das Organizações Sociais (OS) na gestão, a aproximação de empresas privadas, e a estimulação de intercâmbios e pesquisas internacionais. Em entrevista ao *Brasil de Fato*, o atual reitor da Universidade Federal do ABC (UFABC), Dácio Matheus, disse que o "Future-se" é uma ameaça à educação superior gratuita. Ainda em entrevista à mesma plataforma, Renato Janine Ribeiro, ex-ministro da Educação, alertou sobre a submissão dessa área às variações do mercado financeiro e sobre os riscos de uma possível destruição das universidades públicas brasileiras.

Durante a primeira quinzena de julho, a *Folha de S.Paulo*, via Lei do Acesso à In-

formação, encontrou dados que constataam que o governo federal cortou repasses destinados à educação básica em seu primeiro semestre de mandato. Dentre os esvaziamentos evidenciados pela reportagem, está o não repasse ao ensino integral por meio do Programa Dinheiro Direto nas Escolas (PDDE), com a execução do programa apenas na modalidade obras, que representa só 18% do previsto para o PDDE durante 2019. Além disso, em comparação com o ano de 2018, houve queda de 58% dos alunos do Pronatec, e foram pagos 10,3 bilhões de reais à construção de unidades municipais de creche, pelo programa ProlInfancia, 13% do que havia sido executado no mesmo período do ano passado. No que diz respeito à alfabetização, o programa Mais Alfabetização até então não recebeu verbas do ano de 2019 e o Brasil Alfabetizado, que atendia 114 municípios, hoje funciona em apenas uma cidade (por decisão judicial).

No último dia 30, foi anunciado, em versão extraordinária do Diário Oficial, o decreto de programação orçamentária no qual está incluso o bloqueio de 1,443 bilhão de reais em gastos. No caso da educação, o bloqueio é de 348,47 milhões de reais.

## ANÁLISE CRÍTICA

O governo tenta adulterar as estatísticas para parecer que consumimos (e exportamos) menos agrotóxicos nos produtos do que a realidade. Além de um risco para os consumidores e para o meio ambiente, a falsa divulgação da toxicidade dos produtos pode ter efeitos muito maléficos aos produtores rurais.

Especialistas têm apontado que é grave que o programa que pretende substituir o Mais Médicos dê brechas para a contratação dos médicos através de empresas e que dê mais ênfase à especialização em saúde da família do que nas residências em si. Outra questão polêmica é a previsão de assinatura de contratos com instituições de ensino privadas para que elas fiquem responsáveis pelos cursos de especialização.

Na questão previdenciária, apesar de algumas melhorias conseguidas pela esquerda na Câmara, o projeto aprovado ainda representa uma grave desconstrução dos mecanismos de proteção social brasileiros, afastando os trabalhadores dos benefícios, reduzindo os benefícios médios, ampliando as desigualdades e podendo ter impactos negativos no consumo no curto prazo

Quanto à assistência social, percebe-se o aumento da perspectiva da assistência social como assistencialismo e dependência da boa vontade ou da caridade, e me-



nos de serviços públicos estruturados para o tema. Chama a atenção também o aumento da presença das Forças Armadas no setor, pelo menos nas notícias divulgadas pelo Ministério da Cidadania. Destaca-se também o aumento da divulgação da participação de autoridades em cerimônias evangélicas, o que condiz também com a ênfase que tem sido dada quanto às comunidades terapêuticas para o tratamento e recuperação de viciados em drogas. Reportagens têm mostrado os bastidores de tais comunidades, em geral geridas por igrejas e com parca regulamentação, sendo não raro espaço de violência e exploração dos internos.

Na área de trabalho e renda, o governo segue a escalada de redução de direitos e tenta lançar iniciativas e argumentos para maquiagem essa situação. A alteração dos procedimentos de saque do FGTS e do PIS são um exemplo disso. Pela regra disposta na MP, o trabalhador que optar pelo saque-aniversário abre mão do saque total do FGTS ao ser demitido, restando apenas a multa de 40%, que inclusive já foi ameaçada por Bolsonaro.

A medida ainda afeta os programas garantidos tanto pelo FGTS quanto pelo FAT, como por exemplo o Minha Casa Minha Vida e os recursos que garantiam o Sistema Nacional do Emprego (Sine), drasticamente reduzidos em 2019. Assim, a liberação imediata de valores que não afetam estruturalmente a vida das pessoas pode se converter em um risco ainda maior a médio e longo prazo.

Sob o pretexto de reduzir a burocracia, o governo reduziu a participação dos trabalhadores no principal centro de discussão das políticas de trabalho e renda do Brasil e na mesma cerimônia já começou a rever as normas de saúde e segurança do trabalho.

O governo, que cuida de um país com mais de treze milhões de trabalhadores desempregados e quase 21 milhões de trabalhadores na informalidade consegue comemorar a criação de aproximadamente cinquenta mil empregos no mês de junho. Esse é um atestado da real preocupação com a classe trabalhadora.

Para a educação superior pública, o que o Programa Future-se propõe está aquém do que precisa a universidade pública e seria inferior aos variados esforços que realizam as universidades Brasil afora. Em muitas já existem inúmeras incubadoras de empresas, de cooperativas, as figuras jurídicas das Fundações Universitárias atualmente já recebem recursos externos, e muitos prédios de campi universitários acolhem aportes externos.

Uma das ênfases dadas pela ministro na apresentação da proposta está na carreira docente no ensino superior, induzindo que o professor poderia valer-se da estrutura da universidade pública para “empreender” e criando *start ups* com a finalidade de

até mesmo enriquecer. Evidentemente, trata-se de uma flexibilização das normas das carreiras com vistas à precarização da condição profissional de professor universitário.

Com relação à execução orçamentária da educação básica, superior e de outros programas educacionais, trata-se de uma tragédia anunciada em consequência da medida que limitou o teto de gastos do governo federal por meio da chamada PEC da morte de 2016, hoje EC 95.

# DIMENSÃO AMBIENTAL, AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

## FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

### Sustentabilidade ambiental e política agrária

Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), 2.407 quilômetros quadrados de floresta amazônica foram desmatados entre janeiro e junho de 2019. Nos primeiros quinze dias de julho de 2019, foram mais mil quilômetros quadrados de desmatamento na Amazônia, que correspondem a um aumento de 68% em relação a julho de 2018.

A divulgação do aumento do desmatamento brasileiro foi recebida como sinal de alerta pelos governantes da União Europeia que discutem o acordo comercial regional com o Mercosul. Outra questão que envolve o tema foi a eleição da ministra da Defesa da Alemanha Ursula Von Der Leyen para a presidência da Comissão Europeia, em 16 de julho, fato que pode afetar o acordo Mercosul e União Europeia, em virtude da atual política ambiental do governo brasileiro. Von der Leyen apoia declaradamente a pauta ambiental, sendo reconhecida como umas das principais responsáveis pela mudança da postura alemã frente à desativação das usinas nucleares no país.

No que se refere ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o presidente Jair Bolsonaro declarou que a divulgação dos dados pela instituição prejudicam o país e que pretende censurar sua disseminação no futuro, além de desconfiar da metodologia de mensuração do desmatamento, mesmo sem conhecê-la a fundo. Entretanto, o Inpe afirma que os números divulgados se baseiam em metodologia consolidada a partir de imagens captadas por satélite e têm precisão superior a 90%.

Em meio a esse cenário de supressão da biodiversidade, o Brasil corre o risco de perder os recursos do Fundo Amazônia, uma vez que o ministro de Meio Ambiente, Ricardo Salles, extinguiu o Comitê Orientador do Fundo Amazônia, bem como planeja retirar um conjunto de regras de participação social e de controle de desempenho dos projetos financiados. Em meio ao impasse, os embaixadores da Noruega e da Alemanha, doadores majoritários do fundo, declararam que o Fundo Amazônia pode acabar caso o governo brasileiro não repense sua atuação.

Em 9 de julho, o governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), sancionou a lei 8.878/2019, que flexibiliza a questão fundiária e favorece a grilagem ao possibilitar a regularização de terras invadidas por grandes proprietários. Além do Pará, os estados do Amapá (em 2018) e do Mato Grosso (em 2019) também flexibilizaram suas

legislações fundiárias no perímetro da Amazônia Legal, tendo como consequência a expansão da grilagem.

Em 22 de julho, o Ministério da Agricultura liberou o registro de 51 novos tipos de agrotóxicos. Desde o início do governo Bolsonaro já foram liberados 290 destes produtos no país, sendo 41% extremamente tóxicos. No dia 23 de julho, houve a divulgação de uma nova classificação de agrotóxicos feita pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que ameniza o rótulo de toxicidade dessas substâncias. A categoria classificada como extremamente tóxica passará de oitocentas para trezentas substâncias - ou seja, o consumidor ficará sem advertências de manipulação e de risco para um conjunto significativo de agrotóxicos.

Além disso, a aldeia Yvytotô, na Terra Indígena Waiãpi (AP), foi ocupada por cerca de quinze garimpeiros ilegais que a invadiram há aproximadamente uma semana, portando armas. Os criminosos assassinaram o cacique, Emyra Waiãpi, em 22 de julho, a facadas. Em torno de 1,3 mil Waiãpis vivem na Terra Indígena homônima, que se localiza no oeste do Amapá, em uma área remota rica em minérios como cobre, ferro e ouro.

## Desenvolvimento regional

Segundo informações divulgadas pelo *Deutsche Welle*, por meio de dados obtidos pelo Ministério da Saúde, 705 municípios continuam sem médicos, deixando mais de seis milhões de pessoas sem atendimento no país, em função das 2.147 vagas não preenchidas no Programa Mais Médicos. No que se refere ao Programa Mais Médicos, houve declaração do ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, sobre futuras mudanças. Entre elas está a mudança de nome para Programa Médicos pelo Brasil, a contratação pelo regime da CLT e a necessidade de realização de exames para admissão no programa.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou o questionário a ser aplicado no Censo Demográfico 2020. O corte anunciado foi de 25% no orçamento da instituição. Segundo o IBGE, o questionário do universo, a ser aplicado em 71 milhões de domicílios, conta com nove blocos com 26 questões. E o questionário por amostra, a ser aplicado a 7,1 milhões de domicílios, terá dezessete blocos, com 76 questões, representando 32% de corte nas que haviam sido previstas originalmente. O Censo Demográfico 2010 teve 34 questões do universo e 110 da amostra. A Associação Brasileira de Municípios (ABM) está solicitando ao IBGE a revisão desse posicionamento e a retomada do questionário tal como previsto anteriormente.

## ANÁLISE CRÍTICA

O início do governo Bolsonaro foi marcado pelo avanço do desmatamento na Amazônia e por um conjunto de retrocessos na condução da política ambiental brasileira. O avanço do ritmo do desmatamento no período recente veio acompanhado por conflitos sociais pelo uso da terra e resultou no aumento da violência no campo. O desmatamento vem causando boicotes comerciais de países importadores que defendem campanhas ambientais, bem como influenciado negociações de acordos comerciais entre o Mercosul e a União Europeia. O crescimento do ritmo do desmatamento é um dos grandes responsáveis por emissões de gases de efeito estufa no Brasil, ocasionando mudanças climáticas e distanciando o Brasil das metas pactuadas em torno do Acordo de Paris.

O presidente Jair Bolsonaro, em vez de repensar a política ambiental, resolveu criticar a metodologia já consolidada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Na verdade, o dado não é o problema do avanço do desmatamento e sim uma consequência da desestruturação da política ambiental brasileira ocorrida em seu governo. Bolsonaro vem favorecendo os ruralistas, prejudicando as comunidades tradicionais e afrouxando medidas que foram tomadas por governos petistas para fiscalizar e coibir o desmatamento ilegal.

Além do enfraquecimento das políticas públicas do governo federal aplicadas no período pós-golpe, observa-se também um movimento de flexibilização da legislação fundiária dos estados, que favorece a grilagem e a degradação ambiental. Na Amazônia Legal verificou-se flexibilização nas legislações fundiárias no Amapá (em 2018), no Mato Grosso (em 2019) e no Pará (em 2019). Essas legislações estaduais possuem a mesma finalidade da Lei nº 13.465/2017, sancionada por Michel Temer, sobre alteração na legislação fundiária que beneficiou a grilagem pela expansão da área passível de titulação, funcionando como uma espécie de anistia aos grileiros de terras invadidas.

A liberação de agrotóxicos associada ao conjunto de novas medidas promovidas pelo governo Bolsonaro enfraquece as políticas públicas direcionadas ao meio ambiente e a produção de alimentos orgânicos. As medidas potencializam o uso de agrotóxicos no Brasil, que, além da morte, podem causar agravos como câncer, perda de visão, complicações no sistema nervoso e irritações graves na pele. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que em média mais de 190 mil mortes anuais são relacionadas ao uso de agrotóxicos.

Quanto à invasão da aldeia Yvytotô, na Terra Indígena Waiãpi (AP), e o assassinato

do cacique Emyra Waiãpi, apesar de a Polícia Federal e o Ministério Público Federal terem aberto inquéritos para investigação, nem a Fundação Nacional do Índio (Funai) nem as forças de segurança se dirigiram para a aldeia, a fim de retomá-la. Não coincidentemente, o presidente Jair Bolsonaro declarou no dia 27 que deseja que seu filho Eduardo, então indicado para a função de embaixador brasileiro nos Estados Unidos, avance na transferência de tecnologia e recursos dos Estados Unidos para mineração em territórios indígenas.

Segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), na gestão do PT o Programa Mais Médicos ampliou o atendimento e as visitas domiciliares em aproximadamente 33%, com expansão em regiões com maior dificuldade de acesso a esses serviços. Após a eleição de Bolsonaro e suas ameaças aos cubanos, a Organização Panamericana de Saúde (Opas) rompeu o convênio e oito mil médicos cubanos saíram do programa, deixando milhões de pessoas sem atendimento. Desde então, o governo vem abrindo editais para contratar médicos brasileiros e estrangeiros, mas as vagas, além de não serem totalmente preenchidas, ainda apresentam alto grau de desistência.

Por fim, o corte de 25% no orçamento do IBGE para realizar o Censo Demográfico 2020 e o corte de 32% nas questões previstas deixaram as prefeituras extremamente preocupadas. Para as prefeituras, os cortes podem representar a perda de dados importantes para a elaboração de políticas públicas e de planejamento. Os temas mais afetados serão habitação, educação, trabalho, migração e bens de consumo.

## EXPEDIENTE

***De Olho no Governo*** é um boletim de monitoramento de políticas públicas publicado pela Fundação Perseu Abramo. Diretoria Executiva: Marcio Pochmann (presidente), Isabel dos Anjos Leandro, Rosana Ramos, Artur Henrique da Silva Santos e Joaquim Soriano (diretoras/es). Equipe editorial: Alexandre Guerra; Ana Luíza Matos de Oliveira; António Carlos Carvalho; Eduardo Tadeu Pereira; Fernanda Estima; Gustavo Coudas; Isaías Dalle; Kjeld Jakobsen; Jordana Dias Pereira; Luana Forlini; Marcelo Manzano; Matheus Toledo; Paulo C. Ramos; Pedro Simon Camarão; Ronnie Aldrin Silva; Rose Silva; Sergio Honório; Vilma Bokany; William Nozaki. Editoração eletrônica: Camila Roma.





F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

Rua Francisco Cruz, 234 - 04117-091

Vila Mariana - São Paulo - SP

[www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br)